

MANIFESTAÇÃO

TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18 NOV • 14^H30 • M.POMBAL • LISBOA

descongelamento das progressões

aumentos salariais

35 horas para todos

emprego com direitos



**PORTUGAL
É UM PAÍS
SOBERANO!**

Sem os trabalhadores da Administração Pública o País não avança. Saúde, educação, segurança social, justiça, cultura, água, esgotos, recolha de lixo, bombeiros, protecção civil, polícia municipal, entre outros, são serviços públicos que sem os trabalhadores não funcionam.

Avanços positivos mas insuficientes.

Nos últimos cinco anos, a Administração Pública perdeu mais de 65 mil trabalhadores, dos quais cerca de 14 mil na Administração Local.

Os trabalhadores perderam um quinto do seu poder de compra; os salários estão congelados desde 2009 e as carreiras na mesma situação desde 2005.

Por tudo isto, o anunciado «aumento» de 25 cêntimos por dia do subsídio de almoço só pode ser considerado insuficiente.

Mesmo perante a destruição das carreiras, o congelamento das progressões, o corte das remunerações, o aumento do horário de trabalho e as sistemáticas alterações no estatuto laboral e no sistema de pensões, os trabalhadores da Administração Pública foram a rede de segurança que evitou que a espiral de desigualdades sociais tomasse proporções ainda mais monstruosas.

Desrespeitados e desconsiderados por sucessivos governos, trabalhando muitas vezes sem condições mínimas, os trabalhadores da Administração Pública não baixaram os braços e vão à luta pela sua dignidade, pela dignidade de todos.

Fruto da luta, a nova correlação de forças na Assembleia da República travou o assalto aos trabalhadores da Administração Pública e iniciou a devolução do saque, de que é exemplo:

- **a reposição do horário semanal para as 35 horas** (compromisso ainda por cumprir para vários grupos de trabalhadores) ou a restituição dos feriados roubados.
- **a redução da sobretaxa de IRS** em 2016 e a sua eliminação em 2017;
- **a reversão dos cortes nos salários** acima dos 1500 euros;

As nossas reivindicações para 2017

- aumento real dos salários e das pensões em 4%, garantindo um aumento mínimo de 50 euros;
- actualização do salário mínimo da Administração Pública para 600 euros;
- descongelamento da progressão nas carreiras e posições remuneratórias;
- regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e os de piquete e de isenção de horário;
- aplicação das 35 horas a **TODOS** os trabalhadores que exerçam funções públicas;
- reposição dos escalões de IRS existentes antes da entrada da troika em Portugal, introduzindo mais justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- restituição dos dias de férias roubados, garantindo 25 dias de férias, majorados com dias de idade e serviço, independentemente do vínculo laboral;
- revogação das normas mais gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- fim de todas as formas de precariedade na Administração Pública;
- revogação do SIADAP;
- defesa da negociação e da contratação colectiva, do sistema público de pensões e da ADSE;
- manutenção da ADSE como sistema público complementar de saúde na Administração Pública, reduzindo o valor das contribuições para 1,5%/12 meses para aposentados e trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo;
- revogação do actual Regime Jurídico do Sector Público Empresarial garantindo o respeito pela negociação e pela contratação colectiva.

www.stal.pt



É preciso dignificar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

É PRECISO IR MAIS LONGE!

A soberania reside no povo!

MANIFESTAÇÃO

TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18 NOV • 14h30 • M.POMBAL • LISBOA

aumentos salariais

descongelamento das progressões

35 horas para todos

emprego com direitos

**PORTUGAL
É UM PAÍS
SOBERANO!**

Entre as justas reivindicações dos trabalhadores portugueses e as imposições de agiotas externos, o governo do PS opta por manter-se refém da troika.

O mesmo governo que afirma não haver dinheiro para aumentar salários ou repor o pagamento do trabalho suplementar, não hesita em gastar 1,6 mil milhões de euros com parcerias público-privadas. No mesmo orçamento em que dizem não haver dinheiro para descongelar carreiras, há 8 mil milhões de euros para juros da dívida externa.

Os trabalhadores da Administração Pública não aceitam que a sua dignidade e o desenvolvimento do País sejam feitos reféns de constrangimentos externos.

É urgente renegociar a dívida e romper com a submissão às imposições e condicionamentos da União Europeia e do euro.

É urgente retomar o caminho da soberania, o caminho de Abril. Portugal é um país soberano e a soberania reside no povo. Seja cumprida a sua vontade!